

O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CABO VERDE

REPUBLICA DE CABO VERDE

I CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
DOS PAÍSES LUSÓFONOS E GALIZA



AIDIL BORGES, SANTIAGO DE COMPOSTELA – GALIZA 2007

O ESTADO DA ARTE DA EA EM CABO VERDE - Entre a demanda e a resposta: o balanço nacional e os novos desafios para a Educação Ambiental

Por: Aidil Borges

Estado da Arte de E A em Cabo Verde apresentado no I Congresso de Educação Ambiental dos Países Lusófonos e Galiza.

Resumo

Ante vemos a caracterização da questão ambiental e do estado da arte da Educação Ambiental em Cabo Verde como um reflexo tridimensional assinalada: em primeiro lugar, pelas condições físico-geográficas do país decorrente da sua localização na faixa de climas áridos e semi-áridos que marca de forma indelével as condições naturais e edafo-climáticas do país, com consequências na sua biodiversidade natural. Segundo, pelas políticas públicas de ambiente implementadas ao longo das três últimas décadas, e o terceiro, pela influência da pressão antrópica sobre os recursos ambientais ao longo desse período. Tentamos nesta dissertação fazer um pequeno balanço do que tem sido o resultado da actuação dos vários actores intervenientes no processo, desde a década de setenta a esta parte, inventariando os ganhos, as sinergias, os desafios e também as perdas que ocorreram durante o período temporal tomado como referencia.

Palavras-chave: seca, desertificação, ambiente e educação ambiental, ecossistema frágil, politica ambiental.

INTRODUÇÃO

A fragilização dos sistemas ecológicos mundiais, sua destruição sistemática, o uso indevido e abusivo dos Recursos Naturais, obriga um posicionamento mais responsável dos cidadãos face a uma gestão correcta dos bens ambientais, levando em consideração que são recursos esgotáveis do planeta.

Cabo Verde um micro-estado insular, sujeito a todo o tipo de fragilidade e vulnerabilidade desde, ecológico, económico, sócio-demográfico e físico-geográfico, não escapa a este desatino conjuntural que ameaça a toda a humanidade pondo em risco a própria continuidade da espécie humana.

Desde cedo se evidenciou esta debilidade ecológica incontornável do arquipélago, pela congeminência natural da sua localização como um dado apossado. Se esta realidade é genuína e inquestionável, também, não é menos verdade que esforços de todos os ângulos têm sido evidenciados ao longo da segunda metade do século passado, com o objectivo único de o contornar.

O estado actual do ambiente em Cabo Verde é o retrato fiel das fragilidades e do flagelo por que passa uma grande franja da população africana, que por infortúnio, aloja uma das regiões mais secas e desérticas do nosso planeta acantonada em simultaneidade com o maior deserto clássico da terra, em dimensão e extensão que responde pelo nome do Sahara.

Para falarmos do estado da arte da EA em Cabo Verde, vamos tomar como referencia a década de setenta como ponto de partida dos acontecimentos que marcaram o país nos momentos mais relevantes da sua vida. Contudo, a história da relação das contrariedades e adversidades climáticas que assolaram o país, vem desde há cinco séculos atrás, quando se deu o confronto pela primeira vez entre o homem e o território, com a descoberta das ilhas pelos portugueses em 1460. Tudo leva a crer que na ausência de habitantes, o equilíbrio do ecossistema (flora, fauna e coberto vegetal), era perfeito, por falta de competição de qualquer espécie que pudesse perturbar a estabilidade ecológica e do ecossistema das ilhas. A história nos retrata que ao longo dos cinco séculos de ocupação, a desproporção entre os recursos e o quadro climático foram sempre incompatíveis e sujeitos a desequilíbrios que causou no passado danos insanáveis na memória colectiva, acarretando com ela a emigração forçada para o sul, as fomes e mortes de grande parte da população cabo-verdiana ao longo do ciclo da sua história.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

Fazendo um pequeno acerto entre a demanda e as repostas do período temporal que tomamos como referencia, face aos novos desafios, elegemos o momento antes, e o depois da Cimeira do Rio, para fazermos o balanço de como tem sido o relacionamento da problemática ambiental e da educação ambiental em Cabo Verde nas últimas três décadas.

ANTES DA CIMEIRA DO RIO

O Flagelo da seca e da desertificação que martirizou o país durante anos a fio, obrigou os cabo-verdianos a inventar e pôr em prática medidas imaginativas que debelasse a situação reinante constatada um pouco por todo o mundo durante os anos setenta.

Não é por acaso que referenciámos a década de setenta do século XX como ponto de partida. Foram sem dúvidas, os piores anos da depravação ambiental a nível planetário e na forma como o homem passou a se relacionar com o seu meio ambiente. Para o norte do continente africano, foram anos de incessante luta contra a seca e a desertificação que assentou arreais em toda a região do Sahel, perdurando durante longos anos. Também, foram anos de busca ininterrupta de soluções para contrariar as fatalidades cataclísmicas impostas pela natureza ambiental da região, tentando contrariar a situação de todas as formas, quer no campo económico-social, quer no campo político, buscando soluções através da cooperação e solidariedade internacional, dando combate sem tréguas ao flagelo da seca e da desertificação.

Este período é marcado por criação de medidas e políticas constituídas em organizações que dessem combate a nível internacional a esta causa, chamando a si, à atenção de toda a comunidade internacional, na procura de soluções para por cobro às calamidades e intempéries naturais características da região e do país. Neste sentido, Cabo Verde aderiu ao CILSS (Comité inter-estados para a Luta Contra a Seca no Sahel)¹, logo assim que se tornou um estado independente, em 1975. Desde essa altura, um conjunto de medidas foram postas em prática com vista a uma gestão mais racional dos recursos existentes, em harmonia com as características climáticas do país.

¹ O CILSS foi criado em 1974 fazendo dele parte, 9 países (Burkina Faso, Cabo Verde, Gambia, Guiné Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Tchade), todos localizados na orla do deserto do Sahara.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

A grande mobilização da Comunidade Internacional, pôs a disposição do nosso país, elevados montantes que foram utilizados no reequilíbrio do frágil ecossistema cabo-verdiano, com a introdução do programa de rearborização, que contou com uma forte adesão e empenho de toda população de forma entusiasta, conhecido como o programa de **Reconstrução Nacional**, de um novo estado que acabava de nascer com a conquista da independência política.

Esta condição deu um novo impulso à luta contra a seca e a desertificação, forjando uma mobilização social sem precedentes engajando todos os estratos sociais de forma indistintamente em torno da causa ambiental, com o grande objectivo de contrariar o quadro climático-ambiental reinante, criando um novo dinamismo e uma adesão massiva da população de todas as faixas etárias, desde estudantes, trabalhadores, políticos e intelectuais.

O propósito do programa era vestir Cabo Verde de verde, e esse intento foi conseguido, se fizermos o balanço de 1975 altura da independência, ao final dos anos noventa, em que a área arborizada em Cabo Verde aumentou de 5 mil para 100 mil hectares, apesar da conjuntura climática não ter sido favorável, porque foram anos de grandes défices hídricos na região do norte da Africa, sempre acompanhados de períodos intercalares de secas cíclicas ou de fraca queda de pluviosidade. Cabo Verde fez um bom uso dos recursos financeiros postos à sua disposição e transformou o país, cobrindo-o de verde, apesar das condicionantes climáticas e por esta razão, gozou sempre de uma posição privilegiada que mereceu destaque e reconhecimento positivo da comunidade internacional pela forma como deu combate ao flagelo de um dos grandes adversários que contribuiu para a degradação ambiental ao longo dos anos e põe entrave ao desenvolvimento sustentado do país.



Acácias e tamareiras em zonas áridas e dunas

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

É importante também fazer referência que até a década de oitenta, a maioria da população cabo-verdiana vivia praticamente da agricultura. Uma agricultura pobre e rudimentar a mercê dos contrastes climáticos devido à sua localização geográfica na zona correspondente à faixa das altas pressões subtropicais que separa a zona quente da zona temperada, no corredor de prolongamento de desertos e climas áridos e semi-áridos, que vai desde a Costa Ocidental africana ao médio oriente.

Apesar destes condicionalismos, uma grande variedade de espécies da flora persistiram adaptadas ao clima desde o achamento das ilhas até agora, conquanto a degradação acentuada do clima que se tem verificado de ano para ano, com destaque para a permanência das espécies da Macaronésia e da África tropical que teriam chegado até cá através dos ventos alísios de nordeste predominante todo o ano, e transportadas pelo vento, pelas aves e pelas correntes marítimas.

Mas tarde, com a colonização, uma variedade enorme de outras espécies foram introduzidas, juntando às já anteriormente existentes, enriquecendo sobremaneira a flora cabo-verdiana tendo a Cidade Velha na ilha de Santiago² “*servido inicialmente como um pequeno campo de experimentação das principais culturas divulgadas durante o período da expansão marítima, contribuindo, portanto, como uma base de difusão de espécies vegetais*”, (Borges, Aidil 2005).

Se as características climáticas atrás referidas favoreceram o aparecimento de algumas espécies, (embora em menor quantidade e variedade em relação aos outros arquipélagos da Macaronésia), já o mesmo não aconteceu em relação à fauna, onde não é possível a existência de uma fauna expressiva da população autóctone, que apenas se concentrou em espécies pouco exigentes como os répteis, avifaunas indígena, recifes, corais, moluscos, antrópodes e peixes. Neste grupo, não incluem ainda mamíferos³, peixes de água doce, anfíbios e serpentes.

² A actual Cidade Velha que fazemos referência era antiga cidade de Ribeira Grande de Santiago, que foi a sede da Capitania-donatária, modelo de colonização utilizado nas ilhas do Atlântico Norte, conjuntamente com os arquipélagos de Madeira e Açores. A Cidade Velha deixou de pertencer ao Município da Praia com a criação do Decreto-lei N.º 63/IV/2005 que cria o concelho de Ribeira Grande de Santiago.

³ Todos os mamíferos existentes no arquipélago foram introduzidos com a colonização e adaptaram-se muito bem as condições do habitat. São eles: gados bovinos, equinos, caprinos e ainda outros pequenos mamíferos como coelhos, porcos cães, macacos e gatos.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde



Aspecto de paisagem lunar

Um à parte, para dizer que apesar da reduzida área emersa territorial do país com uma superfície de apenas 4033 Km², o mar representa como o maior recurso natural de Cabo Verde ostentando uma ZEE (Zona Económica Exclusiva) de cerca de 734.265 Km² e a área das plataformas insulares até a profundidade de 200 metros é de 5.397 Km². Esta particularidade, é de grande importância pela enorme riqueza que representa na fauna marinha, que de certo modo acaba por ser uma das raras riquezas naturais do país, contrariamente ao que acontece com a fauna terrestre, ela é relativamente rica em diversidade e variedade estimada entre 43.000 e 50.000 toneladas, dos quais 13.000 a 15.000 toneladas são pelágicos oceânicos, 10.000 a 12.000 toneladas são pelágicos costeiros, 8.000 são demersais e 100 a 150 toneladas são lagostas.

Todavia, a irregularidade da plataforma insular e a natureza vulcânica do arquipélago determina o potencial anual e a desigualdade na repartição da biomassa marinha com a sua concentração apenas nas ilhas rasas e orientais do Sal, Boavista e Maio abarcando um total de 68% e 30% nas ilhas de S. Antão, S. Vicente e S. Nicolau e os restantes 2% nas ilhas do Sul: Santiago, Fogo e Brava.

Mesmo com todas as potencialidades que a pesca representa enquanto recurso para o país e toda a sub-região, ela foi sempre considerada um sector subalterno, contribuindo apenas com 3% do PIB nacional.

No entanto, é de louvar iniciativas importantes levadas a cabo durante os anos oitenta com a criação da comissão sub-regional das Pescas (CRSP), um organismo intergovernamental de países que partilham o mesmo mar, criado em 1985 através de uma convenção. Esta Comissão reagrupa sete estados membros:

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

Cabo Verde, Gambia, Guiné-Bissau, Guiné Conakri, Mauritânia, Senegal e Serra Leoa. O conjunto das zonas económicas exclusivas representa uma grande riqueza, ainda sub-explorada pelos estados membros e ela estende mais de 1.500.000 km². A produção global do sector da pesca marítima dos países da CSRP é estimada de 14.000.000 de toneladas por ano onde a média do consumo de peixes nesta região da africa (rica em recursos haliêuticos) não ultrapassa os 20 KG por ano per capita.

Esta comissão objectiva essencialmente conciliar medidas determinantes em matéria de harmonização de políticas comuns que privilegiasse a preservação, a conservação e a exploração dos recursos da sub-região e ainda a adopção de estratégias comuns de fiscalização, conservação e o desenvolvimento das capacidades dos países no domínio da educação, informação, tecnologia e investigação científica. A comissão ao longo desses anos com apoio de vários parceiros de desenvolvimento, já executou várias actividades de educação e formação ambiental.

A biodiversidade marinha cabo-verdiana é sem dúvida importante e constitui um dos principais recursos naturais que o país dispõe, e ao mesmo tempo, ela é importante para o equilíbrio ecológico da biosfera. Por isso, não deixa de ser uma das acções muito importante, a ratificação por parte de Cabo Verde à convenção das Nações Unidas do Direito do Mar aos 10 de Agosto de 1987, que vem, extraordinariamente, enriquecendo o panorama jurídico cabo-verdiano, especialmente no domínio da conservação dos recursos naturais.

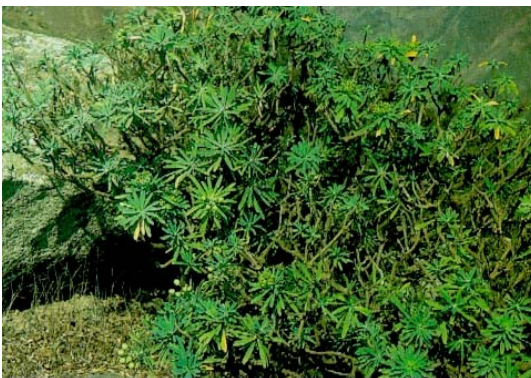
São estas, as principais espécies que enformam a actual flora e a fauna cabo-verdiana, constituindo o seu maior recurso, na ausência de recursos minerais naturais e que, apesar das relativas potencialidades da pesca ela nunca foi no passado explorada devidamente e durante séculos, a agricultura⁴ e a criação de gado deram suporte como base económica exclusiva do arquipélago, cuja vulnerabilidade é a marca dominante, com graves consequências para a perda da biodiversidade e vidas humanas, traduzidas em fomes e mortandades nos anos menos promissores do ponto de vista pluviométrico. Os primeiros registos de secas em Cabo Verde foram identificados nos anos 1500, desde então, que estas ocorrências têm feito parte junto com as suas gentes, da história do arquipélago.

⁴ Os produtos pesqueiros foram muito pouco explorados ao longo dos tempos. Contudo a situação inverteu-se mas, mesmo assim, a exploração da ZEE não ultrapassam os 20%.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

Contudo, hoje a situação alterou-se de forma radical onde a agricultura e o sector primário deixaram de ter qualquer peso na economia das ilhas, sendo substituído pelo sector terciário, concentrando a maioria do PIB (Produto Interno Bruto), mais de 60% nas receitas provenientes da prestação dos serviços, nomeadamente o comércio, transportes, serviços públicos, turismo etc., relegando o sector primário para apenas os 13% do PIB actualmente.

A questão ambiental sempre dominou a agenda dos cabo-verdianos que entusiasticamente sempre condicionou a sua existência e todas as suas forças, numa aposta esperançosa a cada ano, na expectativa de ter um bom ou um mau ano agrícola. Durante a década de setenta, a nova política introduzida com a independência do país e a sua consequente entrada no CILSS, revolucionou a forma de lidar com o problema, graças aos fundos disponibilizados a esses países para mitigar os efeitos da seca e da desertificação, permitindo com que nos verdadeiros anos de seca, não fossem notabilizados o quadro negro da fome e da morte que acabaram por ser erradicados de vez das ilhas, com a independência nacional.



Língua de vaca (*echium stenosisphon ssp.*)



Contra-Bruxas-Azul (*Campanula jacobaea*)

Espécies do endemismo cabo-verdiano

As acções que foram levadas a cabo durante a década de setenta, com a aplicação de políticas acertadas no que tange a gestão correcta dos módicos recursos existentes, que apesar da sua fragilidade eram tidos como os únicos meios para a sobrevivência da grande franja da população num ambiente do quadro climático que atrás descrevemos. Contudo, uma forte aposta na educação, informação e sensibilização⁵, contribui fortemente para alterar o quadro, que mesmo sob fortes

⁵ Um papel muito importante teve o então Ministério de Desenvolvimento Rural (actual Ministério de Agricultura e Ambiente), cujo trabalho desempenhado na extensão rural (animação e vulgarização)

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

pressões da população sobre os recursos ambientais, conseguiu-se minimizar o desequilíbrio ambiental entre os recursos disponíveis versus a capacidade de carga.

Os impactos positivos dessas medidas e políticas são hoje perceptíveis e traduzidos em ganhos inegáveis⁶, tendo contribuído largamente para o crescimento qualitativo do país constatada a nível interno pela população, como principal beneficiária, mas também, a nível externo pelo reconhecimento de organismos credenciados como a ONU (Organização das Nações Unidas), propondo a passagem de país de PMA (Países Menos Avançados) para PDM⁷ (Países de Desenvolvimento Médio).

A Introdução da EA em Cabo Verde

Anos 80, foi a década da introdução “tímida” da Educação Ambiental no sistema.

Podemos considerar que a introdução da Educação Ambiental em Cabo Verde remonta aos finais dos anos 80, com a sua inserção “tímida” nalgumas escolas através de implementação de projectos de hortos escolares e outras actividades como a construção de cisternas para captação de água das chuvas que culminaram com o desencadeamento de várias iniciativas quer nacionais ou regionais que despertaram para a criação de condições básicas que efectivasse a sua introdução plena, mais tarde, no início dos anos noventa.

junto da massa camponesa, contribuiu de forma fundamental para substituir o vazio da educação formal, sensibilizando massivamente as pessoas para o combate contra a seca e a desertificação, mudando positivamente os hábitos e a forma de lidar com os poucos recursos disponíveis, para o uso de boas práticas na agricultura, plantação de árvores, construções de banquetas, no uso racional dos recursos, principalmente o corte das árvores para a obtenção da lenha, introdução de fogões melhorados entre outras acções.

⁶ Os indicadores de desenvolvimento de Cabo Verde são dos mais elevados em África

⁷ A partir do primeiro de Janeiro de 2008 sob a proposta das Nações Unidas Cabo Verde ascenderá de PMA para PDM. Contudo, dos três requisitos utilizados para esta avaliação (rendimento per capita, Índice de Desenvolvimento Médio e Vulnerabilidade Económica), Cabo Verde só cumpriu dois deles, sendo o rendimento per capita e o Índice de Desenvolvimento médio, pois a vulnerabilidade económica tão cedo ainda não será garantida porque o país é muito dependente do exterior e de repercussão dos choques externos da economia mundial.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

Quando na década de oitenta, os países africanos que vivem na orla do deserto do Sahara, mais afectados pela seca e pela desertificação, tomaram a iniciativa de implementar um programa regional que conciliasse a luta que vinha sendo travada desde o início dos anos 70, com a criação do CILSS, provou-se, que mesmo em ambientes ecologicamente desfavorável se pode “tentar” viver em perfeita harmonia Homem – Ambiente, sem condená-lo à total degradação, se esta premissa for arrostada.



Aspecto de paisagens de zonas altas

Portanto, estamos frente a um desafio que urge ser pragmático para que se possa encontrar respostas adequadas face a demanda que os actuais contextos ambientais exigem.

Estando inserido numa região de climas áridos e semi-áridos, Cabo Verde tem vindo a lutar com afinco, desde a independência, para contrariar as condições climáticas adversas e impostas pela natureza. Neste contexto, desde a sua entrada no CILSS é digno de remarque a melhoria da qualidade ambiental respeitante às

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

questões ambientais traduzidas no acesso e no aumento da quantidade e qualidade de água potável fornecida para toda a população, apesar da sua quase inexistência enquanto recurso natural, na reposição do coberto vegetal, na rearboreção do país, na conservação do solo e da água através das construções de dispositivos biológicos e mecânicos, entre outras formas de luta adoptadas ao longo dos últimos trinta anos para minimizar os efeitos nefastos da seca e da desertificação.

Nesta perspectiva, muito investimento e esforço colectivo se fez a nível nacional para uma distribuição racional e equitativa dos bens ambientais às populações que delas necessitam para a sua sobrevivência, bem como uma procura continuada de conservação dos recursos naturais ambientais disponíveis.

O engajamento dos vários governos de Cabo Verde e de toda a sociedade civil na busca de sustentabilidade com relação ao uso adequado dos recursos, traduzidos numa mudança de mentalidade na forma de se relacionar com os recursos ambientais, como fruto de grandes investimentos levados a cabo com a implementação de programas e projectos, quer a nível regional, nacional ou local.

A par das formas tradicionais de luta contra as calamidades climatéricas habituais, que fazem parte natural do quotidiano dessas gentes, que vinha sendo empreendida desde os anos setenta, outras formas de luta foram também intentadas, com o firme propósito de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e de resgatar os valores de outrora perdidos, quando na Cimeira de Dakar⁸, em 1986 tomou-se a sábia decisão de introduzir a **educação ambiental** nas escolas sahelianas, inseridas numa nova estratégia de combate das adversidades da seca, através dos instrumentos pedagógicos com o objectivo de provocar a mudança de atitude, fazendo dos alunos um veículo de opinião e da divulgação de novos valores para a mudança comportamental e transformação da sociedade onde se encontram inseridos.

Portanto, a partir desse momento estavam criadas as condições para a introdução da Educação Ambiental em Cabo Verde tanto nos sistemas formais e informais do ensino.

⁸ A Cimeira de Dakar foi realizada em Agosto de 1986 com a participação de todos os chefes de Estado dos países membros do CILSS.

PÓS CIMEIRA DO RIO

A introdução da Educação Ambiental no sistema formal

A década de noventa fora anos de Consolidação de políticas públicas ambientais mais consistentes e abrangentes em todos os sectores vitais da sociedade.

Conquanto o arranque efectivo da Educação Ambiental em Cabo Verde tenha acontecido no decorrer dos anos noventa, no entanto, toda a fase de preparação para a sua efectivação aconteceu nos finais dos anos oitenta, com a decisão política tomada na Cimeira de Dakar, quatro anos antes, que conduziu a mobilização dos recursos financeiros junto de parceiros internacionais para por em prática o Programa Regional PFIE (Programa de Formação e Informação para o Ambiente) e a criação de condições institucionais nos estados membros para o acolhimento do projecto. É importante realçar que foi um programa concebido exclusivamente para os países beneficiários, levando em consideração as suas realidades e especificidades de cada qual, com a finalidade de encontrarem respostas as demandas ambientais com impactos negativos, enfrentados nas diferentes realidades dos países dos estados membros, sem no entanto, perder o seu carácter regional. O Programa PFIE conviveu com os sistemas de ensino saheliano durante os anos noventa nas suas duas fases. A primeira fase, ficou marcada um pouco pela continuidade da política saheliana dos anos setenta que se concentrava na luta contra a seca e a desertificação. Já na segunda, houve uma evolução mais qualitativa no tratamento da questão ambiental, preocupada sobretudo em trabalhar a vertente didáctico-pedagógico, almejando a mudança comportamental, de atitude e de valores, para em consequência, levar os cidadãos a agirem pela via do conhecimento e da consciencialização do problema.

É neste contexto que pela primeira vez apareceu numa escola saheliana ou quiçá africana, a introdução da educação ambiental nos sistemas educativos de forma transversal e interdisciplinar no ensino básico⁹, o programa PFIE, de âmbito regional, que abarcasse a todos os países que fizessem parte dessa organização. O projecto PFIE foi financiado pela EU (União Europeia), em duas fases. A primeira fase, de 1990 a 1994, funcionou como experiência piloto na ilha de Santiago, formando nessa altura, cerca de 200 professores, envolvendo 100

⁹ A escolaridade básica em Cabo Verde é de seis anos, obrigatória e garantida na constituição da República.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

escolas e ao mesmo tempo, ainda na fase de experimentação, foram feitas acções de sensibilização junto de 120 professores da formação inicial. O programa tinha como finalidade, (1) formar e informar os professores, os alunos e toda a comunidade em geral sobre os riscos da desertificação no Sahel; (2) promover mudanças comportamentais, valores e atitudes tanto nos alunos como nos professores em relação as questões ambientais; (3) fazer do aluno um vector de opinião e de protecção do ambiente; (4) fazer da escola um lugar de luta contra a desertificação; (5) melhorar a qualidade e a eficácia do ensino Básico (o subsistema que acolheu o programa); (6) reforçar as capacidades locais de gestão de recursos naturais no Sahel.



Alguns manuais produzidos na década de noventa

Na segunda fase do projecto que se estendeu por um período de cinco anos decorreu de 1995 a 2000. Esta fase foi considerada de consolidação das acções implementadas durante a fase piloto e de internalização e perenização das acções de forma descentralizada e generalizada em todo o sistema educativo do ensino básico obrigatório com a pretensão de se formar cerca de 55 % do total dos professores, introduzir a educação ambiental no sistema do ensino básico

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

obrigatório e implementação de um processo de aprendizagem das crianças com base nas realidades locais e estabelecimento de relações de cooperação entre os professores e outros parceiros locais de desenvolvimento. A grande inovação desta fase, foi sem dúvida, a introdução da **pedagogia activa** na forma de se fazer a abordagem da questão ambiental, dando abertamente um estatuto oficial à Educação Ambiental.

A introdução do programa ambiental no sistema educativo em Cabo Verde, encontrou um campo fértil para a sua sedimentação, porque paralelamente, ocorria também uma reforma do sistema educativo¹⁰ nacional com o financiamento do Banco Mundial, que preconizava uma ruptura com o sistema tradicional para um ensino mais modernizado, inovador que levasse os professores, alunos e toda a comunidade educativa a se engajarem e fazerem parte dos reais problemas enfrentados no seu entorno por forma a darem respostas as necessidades e expectativas de desenvolvimento almejado para proporcionar o bem estar colectivo através de engajamento em trabalhos de projectos numa perspectiva de transformação local inteirando-se dos problemas e serem eles a ajudarem na procura de soluções para as suas resoluções.

O projecto trabalhou a componente formação, sensibilização e elaboração de material didáctico que deu suporte as suas actividades, não descurando em momento algum do seguimento e acompanhamento durante as fases de experimentação que permitiu no fim, avaliar o impacto da sua implementação.

O final dos anos oitenta e início dos anos noventa, fica indubitavelmente marcada em Cabo Verde, pela preparação da Cimeira da Terra que fez com que a pertinência do tema aparecesse também num momento crucial em que todo o planeta se despertava para a questão ambiental de forma global como preocupação universal (uma tábua de salvação) onde todas as esperanças foram depositadas neste encontro mundial dos chefes de estados, que perspectivava como um dos seus principais pilares, a sustentabilidade do Planeta através de uma gestão mais comedida dos recursos existentes.

Expectativas elevadíssimas foram depositadas nesta Cimeira do Rio, pois estimulava toda a comunidade em uníssono para uma mudança de forma consciente e

¹⁰ A Reforma do Sistema Educativo cabo-verdiano foi feita com base na lei de bases de 90 e contou com um forte financiamento do Banco Mundial e Banco Africano de Desenvolvimento e ainda de outros parceiros internacionais de desenvolvimento de Cabo Verde.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

desejada no intuito de se “salvar” o planeta. Contudo, do nosso ponto de vista, ficamos longe da meta preconizada e os resultados não são confortáveis para a sustentabilidade e melhoria da qualidade ambiental do planeta e nem para o bem-estar da maioria dos cidadãos que coabitam o nosso cosmo, se fizermos um balanço rígido das actuações da comunidade internacional no cumprimento das metas traçadas para alcançar o desenvolvimento sustentável desde a Cimeira do Rio em 1992 e Rio mais 10 em Joanesburgo, 2002.

Como balanço da implementação do programa durante a década de noventa podemos considerar os ganhos positivos alcançados com a institucionalização da educação ambiental no sistema educativo cabo-verdiano, no EBI (Ensino Básico Integrado) e a sua integração plena nos programas de formação inicial de professores do ensino básico; a disponibilização de um vasto espólio de materiais didáctico – pedagógicos não convencionais que enriqueceu sobre maneira as bibliotecas escolares dos EBI a nível nacional, criando mais uma alternativa à carência de bibliografia para a preparação metodológica dos professores. Ainda, o intercâmbio promovido pelo projecto entre as escolas, alunos e professores, sahelianos trocando experiências e vivências das mais diversas realidades que encorpam o grupo de países dessa região.

Apesar dos sucessos que foram os dez anos da institucionalização do projecto PFIE nas escolas e no sistema, os ganhos e as sinergias gerados em torno do grande aglomerado de intervenientes que directa, ou indirectamente, estiveram envolvidos no projecto, nem todos os objectivos foram alcançados conforme os propósitos predefinidos, nomeadamente, a não inclusão da educação ambiental nos outros níveis de ensino que compõem o subsistema, total ausência da investigação e a sua não incorporação no ensino superior e nas instituições de formação superior.

O PANA – Plano de Acção Nacional para o Ambiente

O Plano de Acção Nacional para o Ambiente foi um dos programas macro e ambicioso jamais elaborado em Cabo Verde nesse domínio que retrata o ambiente na sua essência e no seu todo, tendo como paradigma os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

O PANA é um instrumento de gestão estratégico que espelha a política do ambiente e do Desenvolvimento Sustentável de Cabo Verde no seu todo, de forma integrada, abrangente a todos os níveis de formação e da sociedade civil.

A questão ambiental em Cabo Verde tem despertado interesse de todos os estratos da sociedade e ela tem sido destacada na agenda nacional como prioridade, razão pela qual tem tido uma evolução impetuosa desde a década de noventa com a publicação da lei de bases de 86/IV/93, que define a política do Ambiente e cria o SEPA (Secretariado Executivo para o Ambiente), em 1995, como o embrião da actual Direcção Geral do Ambiente, que responde pela política ambiental nacional no seu todo. Dentro deste âmbito, nasceram os dois PANA I e II. O primeiro, em 1994 para o horizonte de dez anos (1994 a 2004) que teve como principal motivação o despertar de consciências para as grandes questões ambientais, trazendo para o debate público as preocupações e os resultados das questões debatidas na Cimeira do Rio. É de destacar que durante a vigência do PANA I, foram elaborados vários planos nacionais e o mais importante foi a atenção dada para a elaboração da Agenda 21 local e regional, o Sahel 21. Ainda, na decorrência do PANA I em 2002, foi extinto o SEPA e em seu lugar criado a Direcção Geral do Ambiente (DGA), no Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas.

O PANA II foi elaborado já com o actual figurino de suporte institucional, a Direcção Geral do Ambiente em finais 2001, inspirado nos objectivos esperados da Cimeira de Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo 2002, para ser implementado durante o período que cobre um horizonte temporal de 2004-2014.

Portanto, este importante instrumento de gestão da política ambiental encontra-se na sua fase de execução, após a sua socialização e validação com todos os parceiros sociais da sociedade cabo-verdiana. Os eixos prioritários da sua actuação são: a gestão sustentável dos recursos naturais, a conservação e a valorização da natureza e do território, a protecção da biodiversidade e da paisagem, o desenvolvimento local, o reforço da informação e da formação ambientais, a adequação do quadro legal e institucional e ainda a integração do ambiente nas políticas sectoriais tendo para o efeito elaborado nove sub-planos afectados aos mais diversos sectores – chaves de desenvolvimento do país a saber: Ambiente e Recursos Hídricos; Ambiente, Saneamento Básico e Saúde; Ambiente e Biodiversidade; Ambiente e Ordenamento do Território,

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

Infra-estruturas e construção civil; Ambiente e Educação, Formação, Informação e Sensibilização; Ambiente e Turismo; Ambiente e Agricultura, Silvicultura e Pecuária; Ambiente e Pescas; Ambiente e Indústria, Energia e Comércio.

Estes 9 sub-planos que constituem importantes instrumentos de planeamento de acções a curto, médio e longo prazos, foram diagnosticados colectivamente com todos os estratos da sociedade civil recebendo deles *in-puts* importantes que contemplam em seu âmago a melhoria da qualidade de vida das populações e busca conjuntamente com eles as soluções para os problemas na senda do desenvolvimento sustentável.

De entre os vários sub-planos que integram o PANA II, encontra-se o Plano Ambiental Intersectorial – Ambiente e Educação, Formação e Informação e Sensibilização (PAIS-Educação), cuja visão é promover uma sociedade dotada de *“uma população formada, informada e comprometida com o desenvolvimento sustentável”*, pretendendo no âmbito do programa integrar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e da formação, tanto no formal como no sector informal e no não formal, isto é, abrangendo a todos os estratos da população de forma genérica de acordo com os princípios e compromissos orientadores da Educação Ambiental adoptados nas conferencias internacionais. Tanto este como todos os outros planos integrados no PANA II, encontram-se na sua fase de arranque para serem executados até 2014, por isso, a sua avaliação e os seus resultados serão objectos de análise num momento posterior, isto é, pós o termino do período de sua implementação.

O quadro legal e institucional do Ambiente e Educação Ambiental em Cabo Verde

Ainda que a questão ambiental e a educação ambiental vem sendo uma prioridade de primeira ordem em Cabo Verde manifestada pelos sucessivos governos e a própria sociedade civil, fruto de uma vivência de anos, apreendida para se defender das experiências amargas da seca e da desertificação que sempre arrasou o país, do ponto de vista legal, as leis substancias nesta matéria são de geração recente. A primeira lei de bases do ambiente data de 1993. Trata-se da Lei nº 86/IV/93 de 26 de Julho que define as bases da política do ambiente, seguido de vários outros decretos de regulamentação de capital importância nomeadamente, os decretos-leis que exigem a obrigatoriedade de Estudos de Impacto Ambiental para os projectos de grande magnitude, a definição das

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

normas de elaboração de projectos de construção, a regulamentação relativamente às condições de segurança dos estabelecimentos nocturnos de diversão, à insonorização bem como a proibição da extracção e exploração de areais nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial, que em parte, dá resposta a grande demanda das inúmeras intervenções e iniciativas que o país tem conhecido nos últimos anos com a forte aposta no desenvolvimento do turismo como motor da economia. Mais recentemente foi publicado um conjunto de decretos em 2003, com destaque para o que estabelece o regime jurídico das áreas protegidas e criação de reservas naturais.

Mesmo anterior à legislação, algumas normas de gestão de espaços ambientais e o tratamento de matérias relacionadas aos aspectos ambientais foram sempre respeitadas e geridas nesses âmbitos, servindo a legislação posteriormente, apenas para as regulamentar. É o caso da gestão do parque natural do Fogo e de sítios de património histórico e natural como a Cidade Velha que já funcionavam com este estatuto, mesmo anterior à legislação.

Contudo, é essencial realçar que instrumentos legais importantes deram suporte a essas actuações nomeadamente, a própria Constituição da República que “*consagra a todos um direito sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender e o valorizar*”. Esta invocação da lei magna cabo-verdiana, vem regulamentada no artigo 72 cuja parte do texto transcrevemos: “*Elaborar e executar políticas adequadas de ordenamento do território, de defesa e preservação do ambiente e de promoção do aproveitamento racional de todos os recursos naturais, salvaguardando a sua capacidade de renovação e a estabilidade ecológica*”, e “*Promover a educação ambiental, o respeito pelos valores do ambiente, a luta contra a desertificação e os efeitos da seca*”. Ainda outro dispositivo legal importante de se fazer referencia é a Lei n.º 102/II/90 de 29 de Dezembro de 1990, lei de carácter geral para a preservação, defesa e a valorização do património cultural cabo-verdiano e ainda do Decreto-lei 121/90, de 8 de Dezembro que complementa a lei anterior e regimenta dentro dos preceitos legais as actuações que vinham sendo promovidas nestes sítios de preservação, que exigem uma atenção cuidada por parte dos utilizadores e beneficiários, pelos riscos ambientais ou patrimoniais que possam incorrer nas suas gerências.

Outro aspecto importante a louvar do ponto de vista institucional é a ratificação de várias Convenções e compromissos internacionais assumidos claramente pelos sucessivos governos de Cabo Verde dando tranquilidade na gestão dos bens e patrimónios ambientais nacional e universal, com destaque para as convenções

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

sobre a desertificação, mudanças climáticas, biodiversidade, entre outros e também, a criação no Parlamento cabo-verdiano da Rede Parlamentar sobre o Ambiente, Desertificação e Luta Contra a Pobreza, bem como a campanha desencadeada a nível nacional com a mobilização da juventude sobre uma “República 100 Plástico” dando à cara o próprio Presidente da República.

O Papel da sociedade civil na causa ambiental

Uma postura muito notável e importante tem sido sem dúvida, o despertar e a participação da sociedade civil na construção da cidadania, a partir dos anos noventa. Esta atitude pró activa tem trazido um ganho adicional à educação ambiental e à causa ambiental de uma maneira geral, com o grande *boom* das ONGs como a MORABI, Amigos da Natureza, Garça Vermelha, ACACEA¹¹, ADECO, ADAD entre tantas outras, que embora não se ocupem directamente da educação ambiental, nos seus programas e projectos, contudo, ela aparece sempre de forma explícita como uma parceira indissociável de luta contra a pobreza, utilização racional dos recursos, com o intento da busca de sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida, principalmente para a maioria da população que vive no meio rural.

O Factor Insularidade e as possíveis crises ambientais dela decorrente:

Cabo Verde como um micro-estado insular e saheliano tem na descontinuidade territorial do país e a sua fragmentação em pequenas ilhas de reduzido tamanho, como uma das características mais marcantes da sua “*atipicidade*” que sempre representou para os cabo-verdianos como um dos grandes desafios ao desenvolvimento, forjando quase que forçosamente, ao longo das três últimas décadas a multiplicação de todas as infra-estruturas básicas pelo o número das ilhas habitadas. Hoje, porém, chama-se a atenção da comunidade internacional para o conceito que já se convencionou chamar-se do “**Paradoxo das Ilhas**”.

Neste particular, é de se referir ainda a atenção que o país tem vindo a dar a este aspecto de importância relevante, por englobar à sua volta as particularidades de

¹¹ ACACEA (Associação cabo-verdiana de Educação Ambiental) é única que se ocupa exclusivamente de Educação Ambiental.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

ecossistemas insulares, o que torna de primordial importância a aliança desses micro-estados insulares na reafirmação da necessidade de se superarem, enquanto comunidade internacional, como um desafio e compromissos que lhes foi imposto, pelo oitavo objectivo do Milénio, sobre a necessidade de se estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento e a decima quarta meta sobre a premência do estabelecimento de uma cooperação sólida face as necessidades especiais dos pequenos estados insulares em desenvolvimento. Neste sentido, a implementação dos compromissos da declaração de Maurícias adoptada em 2005, na Conferência que teve lugar nessa ilha africana do Indico e o programa de acção do desenvolvimento sustentável dos pequenos estados insulares, aprovado em 1994 na conferência de Barbados continuam sendo um grande repto.

Por outro lado, esses minúsculos estados por não terem abundância de terras emersas, serem insulares e fragmentadas na imensidão do mar, têm sido vítimas desde o início do novo Milénio, de aumentos sucessivos de catástrofes naturais provocadas pelos os tsunamis, furacões, terremotos e grandes tempestades que têm devastado algumas dessas ilhas que disseminam o oceano mundial. Esta situação tem levado a comunidade internacional e sobretudo, eles próprios a se consciencializarem das suas vulnerabilidades, neste particular, especialmente para as mutações que o planeta vem conhecendo com destaque para as mudanças climáticas.

Para além dos desafios do impacto das mudanças climáticas globais que se colocam a estes Pequenos Estados Insulares decorrentes da crescente globalização, ainda se caracterizam por pequenas economias, vulneráveis que se confrontam na sua natureza como principais dificuldades a monitorização dos desastres naturais, o isolamento e dependência dos mercados globais, os altos custos de energia, de transporte e de mobilidade interna (caso dos arquipélagos), da ameaça do terrorismo e segurança, e fragilidade de ecossistemas.

Cabo Verde devido as suas especificidades e particularidades enquadra-se em vários grupos de países distinguidos pela Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas que merece tratamento: a dos pequenos países insulares; países com áreas costeiras baixas; países com zonas áridas e semi-áridas; países com áreas propensas a catástrofes naturais; países com áreas sujeitas a seca e à desertificação; países com áreas que contém ecossistemas frágeis, incutindo ecossistemas montanhosos; devendo as acções de financiamento e transferência tecnológica serem consentâneas com as necessidades específicas e as situações dos países em desenvolvimento.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

No contexto político internacional, o país encontra-se neste momento no processo de transição para país de desenvolvimento médio. O governo bem como toda a sociedade civil têm trabalhado conjuntamente com vários parceiros de Desenvolvimento, por forma a evitar que a graduação não venha a comprometer os ganhos alcançados e o estágio de desenvolvimento socio-económico atingidos, pois eles continuam a ser assentes em bases não sólidas e vulneráveis designadamente a existência de um Micro mercado fragmentário, com fracos ou nenhum recurso natural, falta de infra-estruturas, custos de mobilidade interna, já alcançados e honrar os seus compromissos internacionais no quadro dos objectivos de Desenvolvimento do milénio, da conferência de Joanesburgo e da agenda 21. A continuidade do apoio de alguns parceiros de

Desenvolvimento é uma condição essencial para a saída de Cabo Verde do grupo dos Países Menos Avançados. O país tem assumido as suas responsabilidades, os desafios e oportunidades daí decorrentes, estabelecendo-se de parcerias estratégicas que sirvam de âncora à segurança e ao desenvolvimento. É de se referir que Cabo Verde é o primeiro país insular africano e asiático a graduar-se neste novo milénio.

Todas estas preocupações e vulnerabilidades atrás referidas são causas resultantes de condição natural do arquipélago que acabam por se entrelaçar de forma intrínseca com o *modus vivendus* dos ilhéus, o que se exige e espera deles a compreensão da sua realidade para que de forma activa possam contribuir para criação de sociedades justas economicamente e socialmente responsável, com cidadãos capazes de participar de forma democrática na construção de uma consciência ambiental equilibrada.

CONCLUSÃO

A questão ambiental muito cedo recebeu uma importância capital, tanto pelos vários governos que estiveram no poder desde a independência, como de toda a sociedade civil, em consequência de um ecossistema frágil e sujeito a degradação constante herdado da sua localização na orla do maior deserto quente do mundo.

Esta atenção é materializada nos vários projectos concebidos e implementados, na maioria dos casos com sucesso, contando sempre com o apoio da sociedade civil como forma de minimizar as adversidades climáticas.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

De entre os projectos de maior vulto que convém destacar aqui fazemos referencia ao projecto estruturador de rearboração nacional iniciada nos primeiros anos de independência do país seguida de um conjunto de medidas de luta contra a seca e a desertificação, a introdução da educação ambiental nas escolas, nos anos noventa com o programa PFIE e mais tarde os Planos de Acção Nacional para o Ambiente o PANA I e II, cujo o ultimo se encontra na sua fase de implementação.

Do ponto de vista institucional foi sempre dada uma atenção especial dos Departamentos do Estado responsáveis para a política ambiental, primeiro, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Rural, que tinha um forte pendor de sensibilização, divulgação de campanhas para a luta contra a seca e a desertificação, principalmente no mundo rural, onde a pressão permanente sobre o ambiente era mais evidente. Como vimos nos primeiros anos, da independência o combate contra a degradação ambiental se centrava neste campo com a adesão de Cabo Verde ao CILSS¹². Mas tarde, após os anos noventa foram aparecendo os Ministérios com designação Ambiental ora ligado ao Mar, às Pescas, e ou a Agricultura. O Actual Ministério que tutela a politica ambiental é o MAA (Ministério de Agricultura e Ambiente). A primeira instituição governamental que cuidou da política ambiental directamente foi o SEPA (Secretariado Executivo para o Ambiente) que foi substituído pela actual Direcção Geral do Ambiente. O Ministério de Educação tem co-responsabilizado na política ambiental sobretudo na componente da educação ambiental e formação.

Cabo Verde, com as suas especificidades típica de um pequeno estado insular, vincado por uma grande vulnerabilidade ambiental, resultante do clima saheliano que agrava a sua fragilidade ecológica, marcada por ininterruptos períodos de secas cíclicas desapropriadas para desenvolvimento de várias actividades económicas importantes, as mudanças climáticas cada vez mais incorpora-se na agenda política e do desenvolvimento do país.

O desafio maior dos cabo-verdianos na presente conjuntura se assenta numa aposta política de transformação de Cabo Verde, “num país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, ancorado na valorização do seu capital humano, na capacitação tecnológica e na sua cultura. Uma sociedade solidária, de paz, justiça social, democrática, aberta e tolerante. Um país dotado

¹² Só nos anos noventa com o programa regional ambiental é que se passou para outra forma de luta, com a introdução da educação ambiental nas escolas.

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida tendo como suporte a multi-funcionalidade do mundo rural, luta contra pobreza, na conservação da biodiversidade e dos seus habitats.

Referencias bibliográficas

BORGES, Aidil - (2000) "Education Environnementale au Sahel: le cas spécifique du Cap Vert", Ifrée, Potiers, France;

BORGES, Aidil – (2005) "A Experiência Cabo-verdiana em EA", Joinville, Brasil;

BORGES, Aidil – (2005) "O Património Ecológico e Arqueológico da Cidade Velha: Subsídios para o Uso Sustentável dos Recursos Naturais e do Desenvolvimento Turístico", Dissertação de Mestrado em Gestão e Auditoria Ambiental, Universidade de Leon, Espanha/FUNIBER-Brasil, (198 p.);

BORGES, Aidil – (2006) "A Educação Ambiental no Contexto Lusófono: o Caso Cabo-verdiano", Galiza, Espanha;

Institut du Sahel - (1995) Education Environnemental au Sahel – Guide pratique du Formateur, (286p);

MAAP – (2002) "Plano de Acção Nacional para o Ambiente (PANA), Praia, Cabo Verde;

MAAP – (2004) "Plano Ambiental Intersectorial – Ambiente e Educação, Formação e Sensibilização, (PAIS – Educação)", Praia – Cabo Verde (75 p.);

PFIE (2000), "Plano de perenização e Generalização da Educação Ambiental", Praia – Cabo Verde;

PFIE, (2000) "Relatórios e documentos do projecto", Praia – Cabo Verde

ANEXO I

Lista dos principais dispositivos legais relacionados com a protecção ambiental criados em Cabo Verde desde 1975

Lei n.º 102/III/90 de 29 de Dezembro, lei de carácter geral sobre a preservação, defesa e a valorização do património cultural e natural cabo-verdiano;

Decreto legislativo n.º 2/93¹³ de Fevereiro que declaram as ZDTIs (Zona de Desenvolvimento Turístico Integral) e as ZRPTs (Zona de Reserva e Protecção Turística)

Lei N.º 86/IV/93 de 26 de Julho, define as Bases da Política do Ambiente;

Decreto-Legislativo N.º 14/97 – Desenvolve as normas regulamentares de situações previstas na Lei de Bases da Política do Ambiente e estabelece os princípios fundamentais destinados a gerir e a proteger o ambiente, exigindo a obrigatoriedade de Estudos de Impacto Ambiental para os projectos. Boletim Oficial, I Série n.º 25 de 1 de Julho de 1997;

Decreto-lei N.º 22/98 que aprova as normas mínimas relativas à elaboração de projectos de construção, à insonorização e às condições de segurança dos estabelecimentos nocturnos de diversão

Decreto-lei N.º 2/2002 que proíbe a extracção e exploração de areais nas dunas, nas praias e nas águas interiores, na faixa costeira e no mar territorial

Decreto-lei N.º 3/2003 que estabelece o Regime Jurídico das áreas protegidas;

Decreto-lei N.º 5/2003 de 31 de Março que define o Sistema Nacional de Protecção do Ar;

¹³Este decreto foi posteriormente regulamentado pelos Decretos n.º 7/74 de 23 de Maio, Decreto n.º 18/97 de 30 de Dezembro e Decreto n.º 8/98 de 31 de Dezembro

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

Decreto-lei N° 31/2003 de 1 de Setembro que estabelece os requisitos essenciais a considerar na eliminação dos resíduos sólidos urbanos, industriais e outros e respectiva fiscalização, tendo em vista a protecção do meio ambiente e a saúde humana.

Decreto-lei N° 40/2003 de 27 de Setembro que estabelece o Regime Jurídico da reserva natural da ilha de Santa Luzia;

ANEXO II

Lista dos principais feitos relacionados com o ambiente e educação ambiental em Cabo Verde desde 1975

- A Adesão de Cabo Verde ao CILSS (1976);
- Introdução do programa de reconstrução nacional com a independência (aumento da área arborizada em Cabo Verde de 5 mil (em 1975) para 100 mil hectares (em 2000));
- Criação de programas de luta contra a seca e a desertificação no Sahel Fortes campanhas de extensão e divulgação rural como forma de educar a população e mitigar os efeitos da seca
- Introdução da Educação Ambiental após a Cimeira de Dakar que dava instruções para a criação de um programa ambiental em todos os países do CILSS;
- Arranque do Projecto-piloto PFIE em algumas escolas da ilha de Santiago;
- Formação de professores (pela primeira vez) sobre questões ambientais e introdução da Educação Ambiental (1990-1994);
- Consolidação da Educação Ambiental no Sistema Educativo cabo-verdiano com a introdução da Pedagogia Activa no âmbito do projecto PFIE (1995-2000);
- Generalização da Educação Ambiental nas escolas do Ensino Básico (a partir de 2000);
- Elaboração das Agendas 21 Locais e do Sahel 21 (1996)
- Preparação para uma estratégia de Educação e Desenvolvimento Sustentável para a Cimeira de Joanesburgo (2002)

O Estado da Arte da EA em Cabo Verde

- Elaboração do PANA I e PANA II (2004-2014)
- Normatização e criação de legislação sobre o Ambiente (Lei de bases sobre o ambiente, lei de áreas protegidas etc. ...)
- Criação dos Parques Naturais de Chão das Caldeiras na ilha do Fogo, Serra da Malagueta em Santiago e Monte Gordo em S. Nicolau (a partir de 2005).